

Lorena Melo Silva

De: Igor Alexandre Walter
Enviado em: quinta-feira, 19 de maio de 2016 18:20
Para: Thiago Guilherme Ferreira Prado; Elisa Bastos Silva; Lorena Melo Silva
Cc: Paulo Cesar Magalhaes Domingues; Marisete Fatima Dadald Pereira
Assunto: FW: RES: Critério de capacidade de escoamento em leilões regulados será objeto de Consulta Pública
Anexos: Portaria_172_ConsultaPublica_DiretrizesGerais_CapacidadeEscoamento.pdf; Nota Técnica [Assessoria Econômica]-1_2016_sass.pdf

Sinalizador de acompanhamento:

Acompanhar

Status do sinalizador:

Sinalizada

Para conhecimento.

Igor Walter

From: Marcos Bressane <marcos.bressane@epe.gov.br>
Date: quinta-feira, 19 de maio de 2016 18:14
To: Igor Alexandre Walter <igor.walter@mme.gov.br>
Cc: "amilcar.guerreiro@epe.gov.br" <amilcar.guerreiro@epe.gov.br>, "paulo.amaro@epe.gov.br" <paulo.amaro@epe.gov.br>, Marcos da Silva Farinha <marcos.farinha@epe.gov.br>, Thiago de Faria Rocha Dourado Martins <thiago.martins@epe.gov.br>
Subject: RES: Critério de capacidade de escoamento em leilões regulados será objeto de Consulta Pública

Prezado Igor,

Em adição às nossas contribuições anteriores no processo de elaboração da Portaria MME N° 172, ora em consulta pública, julgamos oportuno acrescentar algumas observações adicionais, a seguir descritas, para a apreciação do MME.

A) No texto da Portaria:

1 – O prazo de 70 (setenta) dias para publicação da Nota Técnica de Quantitativos de Capacidade de Escoamento, estabelecido no Capítulo II, art. 3º, §5º da Portaria MME N° 172, deveria ser estendido para 75 (setenta e cinco) dias, pois permitiria compatibilizar a emissão da Nota Técnica com os prazos de entrega de Parecer de Acesso de Distribuidoras definidos pela Portaria MME N° 102, de 22/03/2016. Essa alteração possui impacto direto nas atividades relacionadas à montagem da base de dados de tarifas, que só podem ser iniciadas após o término do período estabelecido para troca de pontos de conexão (5 dias contados a partir da publicação da Nota Técnica). A manutenção do prazo de 70 dias também afeta as atividades da ANEEL, uma vez que reduz período disponível para realização dos cálculos das TUST.

2 – O §6º do art. 4º da Portaria N° 172 estabelece as diretrizes para determinação da capacidade de escoamento dos empreendimentos cadastrados na rede de distribuição. Contudo, não há nenhuma diretriz nessa portaria que estabeleça que estes empreendimentos também podem ter de participar, dependendo do caso, da disputa pelas margens de áreas e subáreas do SIN. Nas Notas Técnicas de Premissas e Critérios, publicadas nos leilões anteriores, constava o seguinte texto:

“As conexões solicitadas na rede de distribuição serão refletidas, quando necessário, na barra DIT ou Rede Básica mais afetada, que será tratada como se fosse uma barra candidata. Desta forma, mesmo empreendimentos conectados à rede de distribuição poderão vir a concorrer no uso da capacidade de conexão com outros empreendimentos conectados diretamente a barramentos

de Rede Básica ou DIT. O ONS e a EPE com apoio das Empresas Distribuidoras irão identificar os pontos em que haverá necessidade de adotar tal procedimento.”

Como sugestão de aprimoramento da Portaria, dois parágrafos adicionais poderiam ser inseridos para tratar dessa questão:

Art. 4º

...

§7º Os empreendimentos cadastrados em pontos de conexão pertencentes à rede de distribuição poderão vir a concorrer no uso da capacidade de escoamento das subáreas e áreas do SIN definidas na Nota Técnica de que trata o artigo 3º, §5º.

§8º Será publicado, nos sítios eletrônicos da EPE, ONS e ANEEL, no prazo de até 75 dias antes da data de realização do leilão, a lista de pontos de conexão cadastrados na rede de distribuição que concorrerão no uso da capacidade de escoamento das subáreas e áreas do SIN definidas na Nota Técnica de que trata o artigo 3º, §5º.

B) No que se refere à Nota Técnica MME Nº 29/2016:

No parágrafo 85 é mencionado que os empreendedores podem alterar o ponto de conexão cadastrado, por sua conta e risco, no caso em que o ponto inicial escolhido não tenha capacidade de escoamento disponível. Contudo, os §§6º e 7º do artigo 3º da Portaria não restringem a alteração de ponto de conexão apenas aos casos de insuficiência de margem, de modo que qualquer empreendedor pode solicitar a troca de ponto de conexão para pontos de Rede Básica, DIT ou ICG, independentemente da margem calculada no ponto originalmente cadastrado. Assim, entendemos que o texto da Nota Técnica deve ser compatibilizado ao texto da Portaria, o qual se entende estar mais adequado.

Atenciosamente,
José Marcos Bressane

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
Diretoria de Estudos de Energia Elétrica - DEE
Superintendente de Transmissão de Energia

Av. Rio Branco, no.1 - 11º Andar - Centro
CEP: 20.090-907 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: +55.21.3512-3125 Fax: +55.21.3512-3198
E-mail: marcos.bressane@epe.gov.br

De: Igor Alexandre Walter [<mailto:igor.walter@mme.gov.br>]

Enviada em: quinta-feira, 12 de maio de 2016 15:23

Para: 'alvaro@ons.org.br'; 'gilson.mussi@ons.org.br'; 'lillian@ons.org.br'; 'sandoval@aneel.gov.br'; 'Ivo Sechi Nazareno (SRT)'; 'helvio@aneel.gov.br'; 'ludimila@aneel.gov.br' (ludimila@aneel.gov.br); Marcos Bressane; Amilcar Guerreiro; Paulo Amaro; Marcos Vinicius G. da Silva Farinha; alexandre.viana@ccee.org.br; 'anapaula.ferme@ccee.org.br'

Cc: Mauricio T. Tolmasquim; romeu@aneel.gov.br; solange.david@ccee.org.br; Marisete Fatima Dadald Pereira; Lorena Melo Silva; Elisa Bastos Silva

Assunto: MME: Critério de capacidade de escoamento em leilões regulados será objeto de Consulta Pública

Prezados,

Foi publicada hoje a Portaria MME nº 172/2016, cf. anexo. A Consulta Pública está aberta até 31/05.

Se as demais instituições puderem reforçar a divulgação é do maior interesse.

Agradecemos pela colaboração. Sem dúvida voltaremos ao tema para avaliar as contribuições e esperamos contar com o valioso apoio de todos.

Atte.,

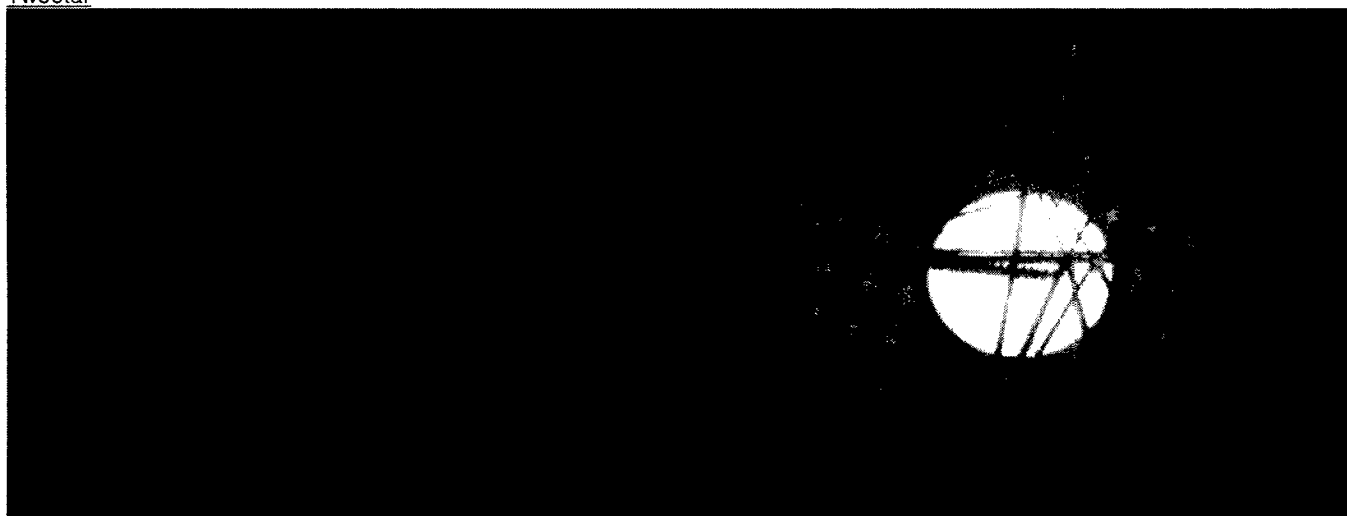
Critério de capacidade de escoamento em leilões regulados será objeto de Consulta Pública

MME receberá contribuições dos agentes até 31 de maio

Publicação: 12/05/2016 | 10:55

Última modificação: 12/05/2016 | 11:32

Tweetar



Crédito: Fotolia

O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou no Diário Oficial da União (D.O.U) desta quinta-feira (12/5), a Portaria MME nº 172, que disponibiliza para Consulta Pública proposta de diretrizes gerais para a definição de capacidade do Sistema Interligado Nacional (SIN) para escoamento de geração de energia elétrica proveniente de leilões de energia nova, de fontes alternativas e de energia de reserva.

O Ministério de Minas e Energia proporciona, com a abertura da Consulta Pública, a participação dos agentes na definição de critérios válidos para o cálculo da capacidade de escoamento ao SIN a fim de aprimorar as diretrizes gerais, promovendo maior previsibilidade e estabilidade de regras ao processo.

Os critérios e premissas adotados nos certames que consideram a capacidade de escoamento na proclamação do resultado do leilão, atualmente, permitem somente a concorrência de empreendimentos de geração que se conectem à instalação de transmissão existente, contratada ou outorgada, e com operação comercial prevista dentro do horizonte de início de suprimento do Leilão.

As contribuições serão recebidas pelo MME, até o dia 31 de maio de 2016, preferencialmente mediante o preenchimento da ficha de contribuição disponível no link abaixo, a ser enviada por meio de Correio Eletrônico (consultapublica.portaria@mme.gov.br) ou para o endereço "Ministério de Minas e Energia - Secretaria Executiva - Consulta Pública - Diretrizes Gerais sobre Capacidade do Sistema Interligado Nacional - SIN para escoamento de geração de energia elétrica - Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 7o Andar, CEP 70065-900, Brasília - DF."

Leilões realizados com capacidade de escoamento

Até o presente momento, foram realizados quatro leilões que consideraram a capacidade de escoamento ao SIN nos quais foram contratados mais de 3,7 GW de capacidade instalada e 1.500 MW médios de energia, em sua quase totalidade, a partir de fontes renováveis.

Veja abaixo os documentos:

Portaria MME nº 172, de 10 de maio de 2016;

Nota Técnica Conjunta nº 29/2016-ASSEC/GM-MME, de 6 de maio de 2016;

Ficha de Contribuições.

Assessoria de Comunicação Social

Ministério de Minas e Energia

(61) 2032-5620/5588

ascom@mme.gov.br

www.mme.gov.br

[www.twitter.com/Minas Energia](https://www.twitter.com/Minas_Energia)

www.facebook.com/minaseenergia

Fonte: http://www.mme.gov.br/en/web/guest/pagina-inicial/outras-noticias/-/asset_publisher/32hLrOzMKwWb/content/criterio-de-capacidade-de-escoamento-em-leiloes-regulados-sera-objeto-de-consulta-publica

Esta mensagem e eventuais anexos podem conter informações privilegiadas, confidenciais e/ou protegidas por sigilo legal e por direitos autorais. A divulgação, distribuição, reprodução ou qualquer forma de utilização do teor deste documento depende de autorização do emissor, sujeitando-se o infrator às sanções legais. O emissor desta mensagem utiliza este recurso no exercício do seu trabalho ou em razão dele, eximindo-se o empregador de qualquer responsabilidade por utilização indevida ou pessoal. Caso esta comunicação tenha sido recebida por engano, por favor avisar imediatamente ao emissor respondendo esta mensagem. Este ambiente está sujeito a monitoração.

This message and any of its attachments may contain information that is privileged, confidential and/or protected by legal secrecy and copyright laws, being the violator subject to legal prosecution. The dissemination, distribution, reproduction or any use of the content of this document may be done upon written authorization of the issuer. The sender uses this electronic mailing system in the course of his/her work or on its account, being the employer exempted from any responsibility for inappropriate or personal use. If this communication has been received in error, please immediately notify the sender by replying this message. This environment is subject to monitoring.